



Eduardo Rocha Dias

Pedro Gonçalves
Egon Bockmann Moreira
Coordenadores

**Direito à saúde e informação
administrativa: o caso das
advertências relativas a
produtos perigosos**

Prefácio
Paulo Otero

512 páginas
ISBN 978-85-7700-110-1
Formato: 17,0 x 24,0 cm

O presente estudo busca examinar, sob a perspectiva do Direito Administrativo e do Direito Constitucional, em especial da Teoria dos Direitos Fundamentais, a atividade informativa da Administração, sobretudo a que se destina a influenciar a conduta dos indivíduos, alertando-os para os riscos e perigos decorrentes de hábitos de consumo e de condutas individuais. Examinam-se, sobretudo, as advertências relativas a produtos perigosos à saúde e ao meio ambiente, objeto de previsão constitucional expressa no parágrafo 4º do artigo 220 da Carta de 1988. No contexto da sociedade do consumo e da publicidade e da “sociedade de risco”, em que incumbe ao Estado concretizar deveres de proteção da saúde dos consumidores e das pessoas em geral, não se pode, todavia, descuidar da necessária compatibilização entre tais posições jurídicas e as liberdades de iniciativa e de expressão publicitária. O tema tem suscitado pronunciamentos doutrinários e jurisprudenciais, que a obra procura abordar, sem ignorar a análise comparativa com as soluções encontradas em outras ordens jurídicas.

Coleção Luso-Brasileira de Direito Público

Esta coleção representa um dos pontos altos da integração acadêmica dos juristas portugueses e brasileiros. O seu objetivo é o de publicar teses, seminários, colóquios e demais trabalhos luso-brasileiros, sobretudo nas pesquisas de Direito Público que unem ambos os Países. Assim serão divulgadas as correntes de pensamento contemporâneas, visando a estimular o desenvolvimento de novas investigações e de novos laços de convivência intelectual.

Pedro Gonçalves (Portugal)
Egon Bockmann Moreira (Brasil)
Coordenadores

Eduardo Rocha Dias é Mestre em Direito pela Universidade Federal do Ceará e Doutor pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. É Procurador Federal, Professor da Universidade de Fortaleza e membro do ICET (Instituto Cearense de Estudos Tributários), além de autor de livros e artigos nas áreas de Direito Administrativo, Constitucional e Previdenciário.

Sumário:

Lista de abreviaturas

Prefácio

Paulo Otero

Capítulo 1

Introdução

Capítulo 2

A atividade administrativa do Estado e o uso da informação

Capítulo 3

As advertências como atividade administrativa informal

Capítulo 4

Direitos fundamentais e advertências na área da saúde

Capítulo 5

A responsabilidade pela emissão ou pela omissão na emissão de advertências

Capítulo 6

Conclusões

Referências

Índice